

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 170.659 - MT (2020/0025149-5)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
SUSCITANTE : **JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DE CÁCERES - MT**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 2ª VARA DE CÁCERES - SJ/MT**
INTERES. : **NEODIR CROZETTA**
ADVOGADO : **MARCO ANTONIO CORBELINO - MT009898**
INTERES. : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência instaurado entre o Juízo de Direito da 4ª Vara Cível de Cáceres – MT e o Juízo Federal da 2ª Vara de Cáceres – SJ/MT, nos autos de ação ajuizada por Neodir Crozetta em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social, na qual postula o reconhecimento da sua qualidade de segurado especial bem como a concessão de benefício por incapacidade.

O Juízo Federal declinou de sua competência em favor do Juízo Estadual, consignando que a presente causa é de natureza acidentária, pois a incapacidade decorreu de acidente do trabalho (e-STJ fls. 98/99).

O Juízo Estadual, por sua vez, suscitou o conflito por envolver-se segurado especial (trabalhador rural), sendo irrelevante a natureza do infortúnio (e-STJ fls. 147/150).

O Ministério Público Federal opinou pela declaração da competência da Justiça estadual (e-STJ fls. 158/162).

Passo a decidir.

A Primeira Seção desta Corte sedimentou o entendimento de que a qualidade de segurado não pode ser critério para definir a competência, pois ela é condição *sine qua non* para a concessão de qualquer benefício, seja previdenciário ou acidentário.

Nesse sentido:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. BENEFÍCIO ACIDENTÁRIO. SEGURADO ESPECIAL. QUALIDADE DE SEGURADO. REQUISITO COMUM AOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ACIDENTÁRIOS. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA COMPETÊNCIA. PEDIDO E CAUSA DE PEDIR.

1. A Terceira Seção, à época em que detinha competência para matéria previdenciária, firmou entendimento de que, no caso de segurado especial, a concessão de benefícios acidentários seria de competência da Justiça Federal.

2. Constatadas decisões monocráticas em sentido contrário, com fundamento nas Súmulas 15/STJ e 501/STF, faz-se necessário que a Primeira Seção, atualmente competente para a matéria, firme entendimento sobre o tema.

3. Considerando que a qualidade de segurado é condição *sine qua non* para a concessão de qualquer benefício, seja acidentário ou previdenciário,

tem-se, conseqüentemente, que ela não serviria de critério para definir a competência, restando analisar, apenas, a causa de pedir e o pedido.

4. Diante das razões acima expostas e do teor das Súmulas 15/STJ e 501/STF, chega-se à conclusão de que deve ser alterado o entendimento anteriormente firmado pela Terceira Seção, a fim de se reconhecer a competência da Justiça estadual para a concessão de benefícios derivados de acidente de trabalho aos segurados especiais.

5. Agravo interno provido para, em juízo de retratação, conhecer do conflito e declarar competente o Juízo de Direito da 4ª Vara Cível de Cáceres/MT, o suscitante. (AgInt no CC 152.187/MT, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/12/2017, DJe 01/02/2018) (Grifos acrescidos).

Assim, deve-se observar a competência *ratione materiae*, que, em regra, é determinada em função da natureza jurídica da pretensão deduzida, sendo esta caracterizada pelo pedido e pela causa de pedir. A propósito:

CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL E JUSTIÇA ESTADUAL. DEMANDA DEDUZINDO PEDIDOS PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS. COMPETÊNCIA ESTABELECIDADA LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO OS TERMOS DA PETIÇÃO INICIAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

1. A definição da competência para a causa se estabelece levando em consideração os termos da demanda (e não a sua procedência ou improcedência, ou a legitimidade ou não das partes, ou qualquer outro juízo a respeito da própria demanda). O juízo sobre competência é, portanto, lógica e necessariamente, anterior a qualquer outro juízo sobre a causa. Sobre ela quem vai decidir é o juiz considerado competente (e não o Tribunal que aprecia o conflito). Não fosse assim, haveria uma indevida inversão na ordem natural das coisas: primeiro se julgaria (ou pré-julgaria) a causa e depois, dependendo desse julgamento, definir-se-ia o juiz competente (que, portanto, receberia uma causa já julgada, ou, pelo menos, pré-julgada). Precedentes: CC 51.181-SP, 1ª Seção, Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 20.03.2006; AgRg no CC 75.100-RJ, 1ª Seção, Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 19.11.2007; CC 87.602-SP, 1ª Seção, Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 22.10.2007.

2. No caso, a autora ajuizou, em face do INSS, pedidos para concessão de benefícios previdenciários (e não de natureza acidentária). Nos termos como proposta, a causa é da competência da Justiça Federal.

3. Conflito conhecido e declarada a competência da Justiça Federal, a suscitada.

(CC 121.013/SP, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/03/2012, DJe 03/04/2012).

No presente caso, da análise da exordial, depreende-se que há alegação de que a incapacidade do autor decorre de doença profissional (e-STJ fl. 3), que se equipara a acidente de trabalho. Consoante as Súmulas 15 do STJ e 501 do STF, compete à Justiça Estadual processar e julgar os litígios decorrentes de acidente do trabalho.

Confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL E JUSTIÇA DO TRABALHO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. DOENÇA PROFISSIONAL EQUIPARADA A ACIDENTE DO TRABALHO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1 - Compete à Justiça Estadual processar e julgar ação objetivando

Superior Tribunal de Justiça

indenização em razão de doença profissional equiparada a acidente do trabalho.

2 - Agravo regimental improvido. (AgRg no CC 43.191/MG, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/09/2004, DJ 27/09/2004, p. 199).

Ante o exposto, com base no art. 955, parágrafo único, I, do CPC/2015, CONHEÇO do presente conflito para declarar competente para a causa o Juízo de Direito da 4ª Vara Cível de Cáceres – MT, o suscitante.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de março de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator